



PARA ALÉM DOS NÚMEROS: REFLEXÕES ACERCA DO PRODUTIVISMO CIENTÍFICO E SUAS IMPLICAÇÕES NA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

DOI: 10.37702/2175-957X.COBENGE.2024.5176

Autores: IURY CARVALHO FAGUNDES, LAURA FAZOLATTO FERREIRA

Resumo: O presente trabalho examina as implicações do produtivismo científico na da curricularização da extensão nas universidades brasileiras, contextualizando esses temas dentro do debate sobre a tríade acadêmica composta por ensino, pesquisa e extensão. Inicialmente, são exploradas as definições e os efeitos do produtivismo científico, destacando-se sua influência na priorização da pesquisa em detrimento do ensino e da extensão. Em seguida, são discutidos os desafios enfrentados na implementação da curricularização da extensão, especialmente diante de um corpo docente predominantemente voltado para a pesquisa. Questões como sobrecarga de trabalho, adequação dos projetos de extensão às demandas sociais e a necessidade de repensar as diretrizes acadêmicas para promover um equilíbrio saudável entre ensino, pesquisa e extensão são levantadas. Por fim, são sugeridas reflexões sobre a importância de uma verdadeira integração entre esses elementos para contribuir efetivamente para o desenvolvimento social e a promoção da cidadania.

Palavras-chave: tríade acadêmica, produtivismo acadêmico, modelo CAPES de avaliação, publicação

PARA ALÉM DOS NÚMEROS: REFLEXÕES ACERCA DO PRODUTIVISMO CIENTÍFICO E SUAS IMPLICAÇÕES NA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

1 INTRODUÇÃO

A produção e publicação científica são ferramentas essenciais para o desenvolvimento das ciências, uma vez que permitem o compartilhamento dos conhecimentos construídos e dos resultados dos trabalhos realizados sobre determinado tema, enriquecendo o meio científico com informações inéditas, criações, inovações e novas descobertas. Por meio delas, é possível acompanhar o desempenho dos programas e institutos de pesquisa, oferecendo informações que guiam as tomadas de decisões e o estabelecimento de estratégias para as decisões políticas sobre o desenvolvimento da ciência e da educação nacional (VANTI, SANZ-CASADO, 2016).

Foi pautada nessa essencialidade da produção de ciência que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) construiu um modelo de avaliação e reconhecimento que tem como indicador central a escrita acadêmica, não em qualidade, mas em quantidade (FERREIRA; FERENC; WASSEM, 2018). Como reflexo dessa imposição, as publicações se tornaram moeda de troca para pleiteio de vagas em programas de pós-graduação, progressão de carreira na academia, fomento de projetos universitários, etc. (TREIN; RODRIGUES, 2011). Assim, esse modelo se tornou hegemônico e regente nas universidades brasileiras.

Todavia, essa avaliação dos desempenhos baseada em métricas preponderantemente quantitativas, em desfavor da análise da qualidade dos trabalhos, gera uma grande pressão por produtividade e concorrência pelas verbas disponibilizadas pelo governo para esse segmento (PATRUS; DANTAS; SHIGAKI, 2015). Nesse contexto de busca constante por publicações, a fim de apresentar bons indicadores, os programas e, individualmente, os pesquisadores, reproduzem o conceito de “produtivismo científico”, que segundo Kuhlmann Jr. (2015), está relacionado às métricas relativas à avaliação e à contabilização da produtividade de profissionais, considerando apenas a quantidade de publicações em grandes revistas.

Esse processo é alvo de desenvolvimento de pesquisas que analisam principalmente o impacto na comunidade acadêmica e nos pesquisadores (FOSTER, 2015; PATRUS; DANTAS; SHIGAKI, 2015; FURTADO; HOSTINS, 2014). Entretanto, pouco se discute sobre os impactos na sociedade civil da mudança da ordem acadêmica proposta pelo modelo CAPES.

Essa valorização desmedida pela pesquisa, em detrimento de outras frentes igualmente relevantes, como a extensão universitária, é vista como uma deficiência do ambiente acadêmico atual. Reconhecendo essa lacuna, as autoridades do ensino superior regulamentaram o processo de curricularização da extensão, buscando promover uma formação profissional, ética e cidadã de estudantes (ARIENTI, 2023).

Diante da escassa bibliografia para tratar a problemática apresentada e seus desdobramentos na sociedade, este trabalho busca refletir sobre a influência do produtivismo científico nas atividades desenvolvidas no ambiente universitário, com foco principal nas ações de extensão. Essa discussão torna-se cada vez mais urgente, dadas as decisões recentes de curricularização da extensão universitária nos cursos de graduação brasileiros. Destarte, este estudo objetiva contribuir realizando uma breve

contextualização sobre o produtivismo científico, suas motivações e consequências gerais, e, posteriormente, debruçando-se sobre as questões específicas da extensão.

2 PRODUTIVISMO CIENTÍFICO

Complementando a definição apresentada por Kuhlmann Jr. (2015), Rego (2014) define o produtivismo científico como a obrigação por parte dos pesquisadores de publicar seus trabalhos em revistas científicas para indicar a qualidade dos estudos desenvolvidos. O fenômeno internacionalmente conhecido como “*public or perish*” é uma realidade cada vez mais impactante nas universidades e nos institutos de pesquisa brasileiros, sendo nesse contexto identificado como produtivismo científico. Segundo Patrus et al. (2015), o produtivismo acadêmico traz questionamentos sobre a ameaça de que a publicação, que é o produto final dos projetos de pesquisa, seja transformada em um fim em si mesmo, deixando de ser um resultado do processo científico.

Ao analisar separadamente a palavra “produtivismo”, é possível entender a formação e perpetuação de tal fenômeno no meio acadêmico e refletir sobre os impactos gerados nas universidades e centros de pesquisa. Segundo a Gramática da Língua Portuguesa de Cintra e Cunha (2007), o sufixo “ismo” pode formar substantivos e adjetivos com sentido de: i) doutrinas ou sistemas artísticos, filosóficos, políticos e religiosos; ii) modo de proceder ou pensar; iii) forma peculiar da língua; iv) terminologia científica (que é exemplificada, na gramática, por condições patológicas). A partir dessas definições, pode-se interpretar o termo segundo duas perspectivas, a primeira considerando essa prática como modo de operar da academia atualmente (significado ii atribuído pelo sufixo) e a segunda simboliza a ideia de pode-se tratar de uma patologia do meio científico (significado iv atribuído pelo sufixo). Tal interpretação vai ao encontro da análise desenvolvida por Rego (2014), que discute esse processo sob a perspectiva da antítese entre o remédio e o veneno.

No contexto universitário brasileiro, é possível identificar os dois entendimentos, principalmente quando se discute a relevância da graduação e da pós-graduação de determinada instituição, pois a produção científica dos cursos e programas é entendida como um dos parâmetros válidos para indicar sua qualidade e importância no contexto nacional e internacional. Porém, a exacerbada valorização de publicações traz consequências já vivenciadas em outros países (Rego, 2014). Esse foco na produtividade, desse modo, pode ser visto como uma patologia nesse ambiente.

O diagnóstico dos cursos de graduação do Brasil é feito segundo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que apresenta critérios relativos a ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2024). Por sua vez, os programas de pós-graduação apresentam uma avaliação centrada, segundo o Ministério da Educação - MEC (2017), nos seguintes pontos: “Proposta do Programa; Corpo Docente; Corpo Discente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social”. Esse modelo avaliativo tem priorizado a quantidade de publicações, em prejuízo aos aspectos qualitativos do que está sendo produzido (FURTADO; HOSTINS, 2014).

Todavia, segundo Lopes e Lopes (2021), julgar a qualidade de uma produção científica é uma tarefa complexa e a escolha das metodologias mais adequadas gera intensos debates sobre quais as métricas permitem obter uma visão mais geral do panorama. Assim, os autores explicam a preferência pela utilização do número de publicações indexadas e não indexadas, o número de citações a publicações, o índice H e fator de impacto, para avaliar a produção científica.

Desse modo, segundo Patrus, Dantas e Shigaki (2015), existem correntes divergentes dentro da academia sobre o incentivo à produtividade, pois há um grupo que

considera que tal prática estimula a publicação científica e estabelece objetividade para a avaliação dos programas e pesquisadores. Entretanto, ainda segundo os autores, os que discordam alegam que o sistema leva à corrupção do princípio da livre reflexão e pressiona o compartilhamento de resultados sem maturação.

3 CONSEQUÊNCIAS DO PRODUTIVISMO CIENTÍFICO

A necessidade de garantir um número de publicações científicas nas universidades com o objetivo de garantir sua relevância e, conseqüente, o financiamento de seus projetos de pesquisa diante do processo de avaliação das instituições universitárias adotado atualmente, se revela perigosa e perversa, uma vez que privilegia um pé da tríade acadêmica, a pesquisa. O incentivo desmedido à publicação científica no ambiente universitário conduz o foco dos docentes e discentes para a produção bibliográfica (FURTADO; HOSTINS, 2014).

Entre as conseqüências negativas da métrica de avaliação escolhida, tem-se a busca e escolha de temas de publicações por parte dos pesquisadores considerando o impacto que poderá ser obtido (FOSTER, 2015). Em geral, tende-se a optar por assuntos mais consolidados e de menor risco, enquanto assuntos muito inovadores, que apresentam maiores riscos, são deixados de lado (FOSTER, 2015).

Ademais, tem-se a prática, identificada por Furtado e Hostins (2014), das produções requentadas, dada a sede por aumentar o número de trabalhos publicados em grandes periódicos. Para escoar essa quantidade de produção científica, aparecem revistas com pouco impacto e poucas visualizações, mas que contam pontos para os pesquisadores e programas, uma vez que se trata de um trabalho publicado (Rego, 2014).

No estudo de Patrus, Dantas e Shigaki (2015) são destacados os impactos do fenômeno nos professores e pesquisadores, dado o clima de competitividade e individualismo no meio acadêmico, que podem acarretar prejuízo físico e mental. Os autores reúnem também em seu trabalho diversos outros impactos negativos discutidos por outros autores que estudaram o assunto, dos quais se destaca a diminuição dos tempos para maturação de resultados para publicação.

Ademais, segundo Catani e Hey (2010, apud FURTADO; HOSTINS, 2014), observa-se uma preferência dos professores em dedicar-se a cursos de pós-graduação, negligenciando a graduação, pois a primeira oportuniza maior produção científica e, conseqüentemente, melhores avaliações. Destarte, outras atividades desenvolvidas pelas universidades carecem de professores interessados e comprometidos, como cargos administrativos e atividades de extensão (NASCIMENTO, 2010).

4 RUPTURA DA TRÍADE ACADÊMICA

De acordo com o artigo 207 da Constituição Federal, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre **ensino, pesquisa e extensão**” (BRASIL, 1988). Esses três elementos são conhecidos como a tríade acadêmica, estrutura primordial que fundamenta e significa o funcionamento das universidades brasileiras.

Esses pilares são trazidos anteriormente pelo Estatuto das Universidades Brasileiras, no decreto 19.851 de 1931, que traz definições importantes sobre o ensino superior no Brasil. O documento aborda o Ensino como a propagação de conhecimentos consolidados pela comunidade científica, a Pesquisa, por sua vez, como o desenvolvimento de novos saberes, e a Extensão como uma ferramenta de diálogo entre a sociedade e a universidade (BRASIL, 1931).

O princípio da indissociabilidade da tríade acadêmica, não diz respeito à não funcionalidade individual de cada pilar, afinal, cada um tem sentido e importância próprios reconhecidos. O verdadeiro significado reside na interconexão e interdependência entre ensino, pesquisa e extensão. É somente ao desempenhar essas três funções de forma integrada e complementar que a universidade justifica sua existência e cumpre seu papel legítimo na sociedade (MOITA; ANDRADE, 2009).

Essa é justamente uma das grandes problemáticas discutidas nos ambientes universitários atualmente: se as razões filosóficas de existência e operação das universidades é justamente desempenhar de forma indissociável os três pilares da tríade, como isso pode ser plenamente contemplado em um sistema que coloca como primeira instância a produção científica?

Seguindo esse pensamento, Sguissardi e Silva Júnior (2009) apontam que essa ênfase excessiva na pesquisa em detrimento do ensino e da extensão tem causado desequilíbrio dentro da estrutura acadêmica. Os agentes acadêmicos no pensamento universitário passam, então, a desempenhar novos papéis: produzir e publicar. Isso se traduz em uma ruptura da tríade acadêmica, ou seja, uma mudança drástica no olhar da universidade em relação às suas atribuições perante a ciência e a sociedade.

Nessa conjectura, professores que se destacam mais pela sua produção científica do que por suas habilidades de ensino ou engajamento com a comunidade podem ser privilegiados em processos seletivos e promoções, criando um ciclo que reforça ainda mais a ênfase na pesquisa (SILVA; DE RESENDE, 2017). Bianchetti, Zuin e Ferraz (2018) apontam também que o corpo docente, entregue às pressões da incumbência de produzir ciência, são desencorajados a se engajar nas demais atividades institucionais e seus esforços nesses meios se limitam apenas ao necessário.

Nesse contexto, existe uma outra problematização aplicável a essa dinâmica acadêmica, que precisa ser levantada. Se para o corpo docente universitário a produção científica é imposta e as atividades de ensino são minimamente obrigatórias, como é desempenhada a extensão universitária que por muitos anos foi tratada como de caráter facultativo em muitas instituições?

5 IMPACTO NA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Frente à problemática levantada anteriormente, a curricularização da extensão universitária, estabelecida pela Lei nº 13.005/2014 que regulamenta o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio de 2014 a 2024, representa um marco significativo na integração da extensão como componente obrigatório nos currículos do ensino superior. A meta 12.7 do PNE 2014-2024 estabelece que as instituições de ensino devem:

“assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014).

Essa mudança curricular, mesmo com o período de transição encontrou a realidade de um corpo docente majoritariamente voltado para a pesquisa, na qual grande parte das iniciativas de extensão era proposta e orientada por professores realmente multifacetados, que, além das entregas acadêmicas e atividades de ensino e administrativas, conseguiam dispor tempo e esforços para tal. Isso se mostrou como um grande desafio para a implementação efetiva dessa diretriz (CARDOSO, 2020).

Um dos principais impactos do produtivismo acadêmico na curricularização da extensão é justamente a sobrecarga de trabalho imposta aos professores e alunos. Com a

necessidade de atender às demandas de produção científica, muitos professores e estudantes podem não ter tempo ou energia suficientes para se envolverem em atividades de extensão relevantes para a dialogicidade da universidade com a sociedade (ARIENTI, 2023). Isso pode resultar em uma implementação superficial ou insuficiente, minando seu potencial de contribuir para a formação cidadã e o engajamento social.

Além disso, a cultura institucional que valoriza predominantemente a pesquisa acadêmica pode desencorajar o engajamento dos docentes e estudantes em atividades de extensão (FERREIRA, 2013). Professores que são avaliados principalmente com base em sua produtividade científica podem, como reflexos do modelo CAPES vigente, não encontrar incentivos adequados para dedicar tempo e esforço à extensão, mesmo que agora seja um requisito curricular.

Arienti (2023) pontua como outro grande desafio garantir que os programas e projetos de extensão sejam desenvolvidos de forma a atender às demandas e necessidades reais da comunidade, conforme preconizado pelo PNE. A pressão por produtividade científica pode levar as instituições a priorizarem projetos de pesquisa que atendam mais aos critérios acadêmicos do que às necessidades da sociedade, comprometendo assim a pertinência social da extensão universitária.

Nesse mesmo contexto, uma atenção especial deve ser tomada para que não se confunda extensão universitária com assistencialismo. Como defendido por Paulo Freire (1983), embora arrecadações, doações, mutirões em prol de causas sociais e inúmeras outras ações filantrópicas sejam exemplos de iniciativas de valor social extremamente significativo, é importante reconhecer que essas ações, por si só, não caracterizam práticas da extensão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi possível observar os desafios enfrentados pelas instituições de ensino superior brasileiras na busca por um equilíbrio entre ensino, pesquisa e extensão. A hegemonia do produtivismo científico tem gerado impactos significativos na missão das universidades de produzir conhecimento e servir à sociedade, relegando a extensão a um papel secundário, ou até mesmo terciário, se compará-la, ainda, com o ensino. Assim, o que se tem é uma verdadeira desvalorização de sua importância no contexto acadêmico.

Refletindo sobre os pontos discutidos, fica evidente a necessidade urgente de repensar as políticas que regem o Ensino Superior para promover um equilíbrio saudável entre os três pilares da tríade acadêmica. A extensão não deve competir com o ensino e a pesquisa, mas sim ser integrada e inter-relacionada com ambos de forma harmoniosa. É fundamental reconhecer que cada um desses elementos desempenha um papel crucial na formação dos estudantes e no desenvolvimento da sociedade como um todo.

Diante desses desafios, as instituições de ensino superior precisam reconhecer e enfrentar os impactos do produtivismo científico na curricularização da extensão. Isso requer a implementação de políticas e práticas que incentivem e valorizem o engajamento em atividades de extensão, além da pesquisa acadêmica. Somente assim será possível garantir uma verdadeira integração entre ensino, pesquisa e extensão, conforme preconizado pela constituição brasileira e pelo Estatuto das Universidades Brasileiras, e cumprir o propósito da extensão universitária de contribuir para o desenvolvimento social e a promoção da cidadania.

Nesse contexto, é crucial questionar o modelo de avaliação da CAPES e sua ênfase excessiva na produção científica como único indicador de excelência acadêmica. É preciso reconhecer e valorizar as múltiplas dimensões do trabalho acadêmico, incluindo o ensino

de qualidade e o engajamento com a comunidade, e desenvolver mecanismos de avaliação mais abrangentes e equilibrados que reflitam essa diversidade de contribuições.

Diante dessas reflexões, algumas questões de grande pertinência se apresentam:

- Muito está sendo produzido em termos de documentos científicos, mas é possível assegurar a devida maturidade das pesquisas publicadas?
- O objetivo da produção científica é entregar à sociedade inovação e novos conhecimentos, e essa troca dialógica é regida pelas atividades de extensão. No entanto, diante da atual produção industrializada de ciência, esse grande acervo sendo confeccionado realmente está sendo entregue à sociedade, ou ele está nas mãos apenas de um seleto grupo de pesquisadores com prévio conhecimento do assunto?
- Mesmo no fim do processo de transição, as universidades estão preparadas para desempenhar esse novo papel quanto à extensão?
- É possível efetivar a curricularização da extensão sem haver mudanças estruturais nos processos de avaliação de desempenho das universidades? Ou é necessário repensar toda a dinâmica praticada quanto ao avanço da ciência e da tecnologia?

Essas perguntas não têm respostas simples, mas destacam a complexidade do desafio que as instituições de ensino superior enfrentam. Dessa forma, é essencial continuar buscando soluções que promovam uma integração efetiva entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo assim uma educação de qualidade e um impacto positivo na sociedade.

Espera-se que este trabalho contribua para ampliar o debate sobre os problemas trazidos pelo produtivismo científico e a importância da extensão universitária e para inspirar ações concretas que promovam uma mudança significativa no cenário acadêmico brasileiro. Somente com esforços conjuntos e um compromisso firme com a excelência acadêmica e o bem-estar social será possível alcançar os objetivos almejados.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Federal de Juiz de Fora pelo incentivo à multidisciplinaridade e interdisciplinaridade. Nosso agradecimento se estende ainda a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ARIENTI, Wagner Leal. Sobre a implementação da curricularização da extensão: caracterizações e preocupações. *Extensio: Revista Eletrônica de Extensão*, v. 20, n. 45, p. 168-189, 2023.

BIANCHETTI, Lucídio; ZUIN, Antônio AS; FERRAZ, Obdália. **Publique, apareça ou pereça: produtivismo acadêmico, pesquisa administrativa e plágio nos tempos da cultura digital**. SciELO-EDUFBA, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm]. Acesso em: 13 mai. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931.** Dispõe que o ensino superior no Brasil [...]. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 11 abr. 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 mai. 2024.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024:** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm]. Acesso em: 14 mai. 2024.

CARDOSO, Dione Matos de Souza. **Curricularização da extensão e educação interprofissional: possibilidades de ações colaborativas para mudanças na prática docente.** 2020.

CINTRA, Lindley; CUNHA, Celso. **Nova gramática do português contemporâneo.** Rio de Janeiro, RJ. Ed. Lexikon. 4ª Ed, 2007

FERREIRA, Andreza Cristina Souza Paula; FERENC, Alvanize Valente Fernandes; WASSEM, Joyce. Trabalho Docente e Avaliação da Capes: estranhamento e naturalização. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1321-1341, out. 2018.

FERREIRA, Carla Guimarães et al. **Percepções dos docentes avaliados pela Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES): um estudo sobre o produtivismo acadêmico.** 2015.

FOSTER, J. G.; RZHETSKY, A.; EVANS, J. A. Tradition and innovation in scientists' research strategies. **American Sociological Review**, v. 80, n. 5, p. 875-908, 2015. DOI: 10.1177/0003122415601618.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.

FURTADO, Heitor Luiz; HOSTINS, Regina Célia Linhares. Avaliação da pós-graduação no Brasil. **Revista de Educação PUC-Campinas**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 15–23, 2014. DOI: 10.24220/2318-0870v19n1a2611.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). 2024. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/270-programas-e-acoes-1921564125/sinaes-2075672111/12303-sistema-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior-sinaes>. Acesso em 13 mai. 2024.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista brasileira de educação**, v. 14, n. 41, p. 269-280, 2009.

NASCIMENTO, L. F. Modelo Capes de avaliação: quais as consequências para o triênio 2010-2012? **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 4, n. 11, p. 579-600, 2010.

KUHLMANN JR., M. Produtivismo acadêmico, publicação em periódicos e qualidade das pesquisas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 158, p. 838–855, out. 2015.

PATRUS, R.; DANTAS, D. C.; SHIGAKI, H. B. O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação stricto sensu: uma ameaça à solidariedade entre pares? **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, n. 1, p. 1 a 18, 7 jan. 2015. DOI: 10.1590/1679-39518866.

REGO, T. C. Produtivismo, pesquisa e comunicação científica: entre o veneno e o remédio. **Educação e Pesquisa**, v. 40, n. 2, p. 325–346, abr. 2014.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Trabalho intensificado nas federais. Pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA, Thaís Leal; DE RESENDE, Gisele Silva Lira. A docência no ensino superior: ensino, pesquisa e extensão. **Revista FACISA on-line**, v. 6, n. 2, 2017.

TREIN, Eunice; RODRIGUES, José. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. **Revista brasileira de educação**, v. 16, p. 769-792, 2011.

VANTI, N.; SANZ-CASADO, E. Altméria: a métrica social a serviço de uma ciência mais democrática. **Transinformação**, v. 28, n. 3, p. 349–358, set. 2016.

BEYOND NUMBERS: REFLECTIONS ON SCIENTIFIC PRODUCTIVISM AND ITS IMPLICATIONS IN THE CURRICULARIZATION OF EXTENSION

Abstract: *This paper examines the implications of scientific productivity on the curricularization of extension in Brazilian universities, contextualizing these themes within the debate on the academic triad composed of teaching, research, and extension. Initially, the definitions and effects of scientific productivity are explored, highlighting its influence on prioritizing research over teaching and extension. Then, the challenges faced in implementing the curricularization of extension are discussed, especially in the context of a faculty predominantly focused on research. Issues such as workload overload, adaptation of extension projects to social demands, and the need to rethink academic guidelines to promote a healthy balance between teaching, research, and extension are raised. Finally, reflections are suggested on the importance of true integration among these elements to effectively contribute to social development and the promotion of citizenship.*

Keywords: *academic triad, academic productivity, CAPES evaluation model, publication.*

